

Classe sociais em *O Capital* de Marx: a centralidade do proletariado industrial

Gustavo Henrique Lopes Machado

A tarefa da ciência consiste precisamente em explicar como opera a lei do valor. Consequentemente, se pretendemos explicar de uma só vez todos os fenômenos que parecem contradizer esta lei, seria necessário fazer ciência antes da ciência.
Karl Marx

No presente artigo, pretendemos desenvolver a concepção de classes sociais presente nas obras de *crítica da economia política* de Marx, ou seja, *O Capital* e seus manuscritos preparatórios. O tema é demasiado amplo para ser tratado de maneira consistente e rigorosa em apenas um artigo. Motivo pelo qual iremos nos centrar em apenas dois aspectos: 1) o papel central desempenhado pelo proletariado industrial na sociedade capitalista; 2) a dimensão improdutiva do trabalho assalariado não produtor de mercadorias, comumente designado de serviços.

Esse tema é particularmente importante nos dias de hoje. Como se sabe, o marxismo surge no século XIX procurando vincular a luta pelo socialismo ao proletariado e, particularmente, ao proletariado industrial, o “produto mais genuíno” da sociedade capitalista. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, quando se verificou uma redução numérica do proletariado industrial nos países centrais ao mesmo tempo que um significativo crescimento dos ditos serviços, bem como uma divisão internacional do trabalho cada vez mais complexa e desigualmente distribuída entre o conjunto dos países do globo; não foram poucos os que procuraram dissolver a especificidade do proletariado industrial no conjunto dos assalariados. Para tal, toda a complexa teia de relações entre os diversos tipos particulares de capital foram dissolvidas na abstrata noção de trabalho produtor de mais-valia. Nessa acepção, basta ser um trabalhador assalariado empregado por um capitalista que diferença alguma existiria entre os diversos setores do proletariado e, consequentemente, nenhum papel maior estaria reservado ao proletariado industrial na estratégia da revolução socialista.

Nesse sentido, não se trata de uma mera questão teórica, mas de uma questão teórica com um significativo impacto programático. Caso não se tenha clareza sobre o tema aqui em debate, uma organização marxista corre o risco de substituir a importância do trabalho estrutural de base a partir do local de trabalho – portanto, lento e difícil – pela abstração do “povo nas ruas”; a conquista da maior parte das massas pela classe operária com um programa revolucionário, pela abstração de um “partido de massas” sem delimitação de classe. Em suma, corre-se o risco de desvincular o programa de sua respectiva base social, vínculo esse que vem a ser exatamente a especificidade do marxismo frente as todas demais correntes utópicas.

Apesar disso, devemos dizer que tal postura não surpreende. É muito comum, diante das dificuldades de todos os tipos colocadas em cada período histórico, que ativistas marxistas honestos, todavia, impacientes e apressados, procurem criar ou aderir à teorias reconfortantes tendo em vista seus objetivos e os meios para alcançá-lo. Elaborações que, por meio da extração de importantes domínios da realidade, conferem a ilusão de que seus fins possam ser atingidos de modo mais rápido e fácil. Seria possível mencionar dezenas de exemplos nesse sentido. Por isso mesmo, tais elaborações e seus respectivos formuladores fazem muito sucesso, pois correspondem ao que muitos anseiam escutar. Nasce, desse modo, um marxismo envergonhado de si mesmo, tímido e defensivo. Que tem sempre muito a dizer, mas quase nada a propor, exceto a insistência na necessidade do novo. Um novo que eles não sabem explicar exatamente o que é. Surgem, assim, seguindo a metáfora que Trotsky aplicara à Kautsky, verdadeiros “leões sem juba”.

Contra toda esta verborragia que insiste em buscar atalhos miraculosos, para nós, cabe examinar a realidade tal como ela é. E, principalmente, ter clara consciência das dificuldades que esta impõe, bem como das possibilidades reais que ela oferece. Antes, contudo, de adentrarmos no cerne de nosso tema, cabe alguns comentários preliminares sobre *O Capital* de Marx. Livro que servirá de base para o argumento desenvolvido ao longo de todo artigo.

A importância de retomarmos *O Capital* de Marx

É inútil procurarmos qualquer fundamentação consistente sobre as classes sociais na sociedade capitalista no *Manifesto Comunista*. O *Manifesto* é, sem dúvida, um texto fundamental e imprescindível. No entanto, a fundamentação teórica das teses lá expostas se encontra, sempre, em outro lugar. Particularmente na obra principal de Marx: *O Capital*. Infelizmente, nas últimas décadas, *O Capital* foi esquecido no interior das organizações marxistas, substituído por manuais recheados de problemas e relegado para os guetos acadêmicos que nele procuram, comumente, questões abstratas e completamente descoladas da luta de classes e da transformação revolucionária da sociedade. Apesar de não ser um programa, *O Capital* é a pedra basilar a partir da qual floresceu toda elaboração marxista que se seguiu. Trata-se do maior patrimônio teórico do movimento operário. É urgente resgatá-lo.

Contudo, qual a importância de se reexaminar o papel do proletariado industrial na sociedade capitalista com base em uma obra escrita 150 anos atrás? Seriam meros apontamentos teóricos sem qualquer implicação maior nos embates reais que se desenrolam diariamente? Conceitos abstratos afastados das “tarefas políticas concretas”? Ora, é evidente que na luta cotidiana entre as classes sociais interferem inumeráveis aspectos de ordens diversas: políticos, ideológicos, históricos, conjunturais e assim por diante. A análise empreendida por Marx em *O Capital* não pretende, sob nenhum aspecto, eliminar esse conjunto sempre variável e presente de influências. Não se trata disso.

Como se sabe, Marx repetiu e repetiu até a exaustão a necessidade de se compreender primeiro as determinações contidas naquele domínio que a tradição consagrou sob o nome de “infraestrutura”, isto é, aquelas determinações relacionadas à forma de relacionamento entre os homens tendo em vista se apropriar da natureza. A vulgata stalinista, é sabido, colocou esta pedra basilar do pensamento marxista em termos de causalidade ou determinismo. Assim concebido, todos demais aspectos da sociedade seriam deduzidos ou causados pelo fator econômico. Ora, para negar essa acepção stalinista – mecânica, etapista e fatalista – a maior parte dos teóricos marxistas cometeram o erro oposto: trataram outros domínios da realidade como a política, a cultura ou a consciência de forma completamente autonomizada e separada de sua base econômico-social. Por isso, é necessário, aqui, alguns esclarecimentos no intuito de restituir a *O Capital* de Marx o seu devido lugar.

Em verdade, o termo *economia* não era tomado por Marx no sentido autonomizado e restrito atualmente em voga. Economia significa, para ele, a forma social através da qual se efetiva as relações entre as pessoas no processo de produção. Não se trata, portanto, de reduzir as relações sociais à categorias econômicas, pelo contrário, trata-se de mostrar que as categorias econômicas são relações sociais. Mas se paramos por aqui não explicamos absolutamente nada. As relações econômico-sociais ou as relações de produção expressam um tipo específico e fundamental de relações sociais. As especificidades destas determinações ditas econômicas ou infraestruturais é que traduzem nexos, determinações ou características **necessárias** em uma dada forma de organização social. Diversamente da política, do Estado, da cultura que, em uma mesma forma de sociedade, podem se exprimir em formas diversas; as relações de produção expressam aqueles nexos fundamentais que fazem de uma dada forma de sociedade aquilo que é, aquilo que ela tem necessariamente que reproduzir para continuar a existir. Por isso, elas não determinam unilateralmente as demais esferas da vida social, mas constituem o ponto de partida para sua adequada compreensão.

Sejamos mais precisos. As categorias expostas em *O Capital*, se se quiser, estruturais, como mercadoria, valor, trabalho abstrato, dinheiro, mais-valia absoluta e relativa, cooperação industrial, classe trabalhadora e capitalista e assim por diante, expressam relações necessárias nesse modo de produção. São elas que devem ser destruídas pela revolução socialista e é a partir delas que as formas superestruturais ganham sua efetividade, quer atuem no sentido da manutenção dessa forma social, quer atuem para sua dissolução. É essa base fundamental que Marx analisa em *O Capital*.

Explicar, portanto, a natureza das classes sociais, um período ou etapa histórica a partir de elementos puramente subjetivos, políticos ou ideológicos constitui, e sempre constituiu, na matriz das concepções burguesas e marxistas vulgares. Como na citação de Marx que usamos como epígrafe, os que assim procedem, procuram “fazer ciência antes da ciência”. Seguimos, nesse caso, as lúcidas palavras do economista russo Eugeny Preobrajensky:

Procurando justificar suas objeções, meus oponentes apoiam-se sobre uma frase que Lênin gostava de repetir, segundo a qual a política é a economia concentrada. Entretanto eles não mostram como, para compreender esta concentração, é possível evitar a análise prévia *do que* se concentra na política. De resto, se lhes agradam começar a análise onde habitualmente os marxistas a terminam, que tentem. Nós escutamos. De minha parte, permaneço no campo do marxismo e considero que é necessário começar a análise a partir da infra-estrutura, a partir das regulações da vida econômica e explicar, em seguida, a necessidade de determinada política. [... isto é,] para [somente] em seguida, tentar compreender por que a resultante da vida real segue precisamente tal linha e não outra. (PREOBRJENSKY, 1979, p.70)

Compreender, desse modo, o papel social dos distintos setores do proletariado na produção da riqueza capitalista, não assegura de antemão como tais setores irão se comportar nesse ou naquele cenário. No entanto, indica seu papel social, isto é, como necessariamente se articulam no interior do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, sua maior ou menor importância estratégica para um partido revolucionário que tem em mira exatamente revolucionar esse modo de produção. Motivo pelo qual pretendemos continuar com o método de Marx e, antes de procurar explicar todos os fenômenos que se passam diante de nossos olhos justapondo artificialmente elementos superestruturais, é necessário capturar o papel social de cada um dos estratos que compõem o proletariado no interior do processo global de produção de capital.

Por fim, cabe, ainda, alguns comentários prévios sobre a noção de trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Como se sabe, é um dos temas mais polêmicos de sua obra. E isto tem sua razão de ser. Não existe um tratamento “sistemático” dessa questão em lugar algum no conjunto de seus escritos. Ela aparece de maneira mais desenvolvida e ocupando um espaço significativo no primeiro volume das *Teorias de Mais-valia* e no chamado Capítulo *Inédito* de *O Capital*. Em ambos os casos, a questão do trabalho produtivo e improdutivo aparece sempre a partir do diálogo com outros economistas e, como não poderia deixar de ser, a argumentação se baseia na contraposição de Marx frente as posições destes. Nos *Grundrisse*, o tema é tratado aqui e ali de maneira esparsa e sempre remetendo a algum aspecto muito particular do problema. Sempre é bom lembrar que todos estes textos são anotações pessoais não destinadas à publicação. Esse quadro justifica, em grande medida, a ausência de clareza em alguns aspectos no tratamento desta questão por Marx.

Já nos três livros de *O Capital*, em que o centro não é a polêmica com outros autores, mas a exposição crítica da sociedade burguesa, não existe um só capítulo ou mesmo um item separado destinado a esse tema, que aparece apenas no que podemos chamar de breves digressões de Marx referentes ao trabalho produtivo e improdutivo.

Essa “ausência de clareza” tem sua razão de ser. Não existia, nos tempos de Marx, organizações socialistas que negavam a centralidade do proletariado industrial em relação ao proletariado no geral. Mesmo a social-democracia dos tempos de Lenin e Trotsky não colocavam em cheque essa questão. Por isso, até a Segunda Guerra, escrever artigos sustentando a centralidade do proletariado industrial era, por assim dizer, “chover no molhado”.

Marx, por outro lado, polemizava com concepções como as de Weitling, Bakunin e Blanqui que, regra geral, negavam qualquer papel fundamental ao proletariado na destruição da sociedade capitalista, seja ele industrial ou não. Esses autores possuíam elaborações de fundamentação moral ou ética, sem levar em conta sua base econômico-social, pondo qualquer setor oprimido da sociedade como sujeitos de um processo revolucionário, sejam trabalhadores, camponeses, presidiários etc. Esse é o motivo de Marx se dedicar mais a expor as diferenças do trabalho assalariado em relação as demais classes da sociedade do que ao papel fundamental do proletariado industrial em relação ao restante do proletariado. Por outro lado, Marx polemizava também com autores como Adam Smith que em sua teoria do trabalho produtivo e improdutivo levava em conta unicamente a produção de mercadorias, desprezando se essa era produzida por um trabalhador direto ou sob a forma capitalista. Esse é o motivo, portanto, de Marx destacar tantas e tantas vezes que para ser produtivo para o capital, não basta produzir algo material ou mesmo mercadoria, como veremos mais adiante.

Pensamos que o modo ideal de esclarecer tais questões é percorrermos os três volumes de *O Capital* explicitando o papel dos distintos estratos dos trabalhadores assalariados concomitantemente ao desdobramento das próprias categorias do modo de produção capitalista. Evidentemente, neste artigo, longe estamos de querer percorrer esse caminho. Nos propomos, então, a examinar algumas noções e categorias que, pensamos, estão no cerne de toda confusão em torno desse tema. A começar pela categoria mercadoria.

Existem mercadorias “imateriais”?

Sejamos diretos. Nos dias de hoje e nas elaborações mais recentes, em particular aquelas da academia, esqueceu-se até mesmo o que é uma mercadoria. Muito se fala das mercadorias imateriais. Assim, por exemplo, um professor seria produtor de uma mercadoria imaterial chamada “aula”, um médico produtor de uma mercadoria imaterial chamada “consulta”, o cantor da mercadoria “show” e assim sucessivamente. É muito importante esclarecer essa questão, sem isso é impossível avançar um centímetro no problema.

Em verdade, tais formulações já eram conhecidas por Marx e a elas reserva profunda ironia e, para dizer a verdade, sequer as considera dignas de serem tomadas seriamente em consideração. Vejamos uma das passagens em que Marx comenta sobre os produtores das supostas mercadorias “imateriais”:

Segundo Storch, o médico produz saúde (mas também doença); professores e escritores, as luzes (mas também o obscurantismo); poetas, pintores etc., bom gosto (mas também mau gosto); os moralistas etc., os costumes; os padres, o culto; o trabalho dos soberanos, a segurança etc. (pp. 347 a 350). Por igual poder-se-ia dizer que a doença produz os médicos; a ignorância, professores e escritores; o mau gosto, poetas e pintores; a devassidão, moralistas; a superstição, padres; e a insegurança geral, soberanos. (MARX, 1980, p. 269)

Nos cadernos preparatórios para *O Capital* de 1861-1863 vemos uma passagem análoga:

Um filósofo produz ideias, um poeta, poemas, um pastor, sermões, um professor, compêndios etc. Um criminoso produz crimes. Considerando-se mais de perto a ligação deste último ramo de produção com os limites da sociedade, então se abandonam muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também direito criminal e, com isso, também o professor que profere cursos sobre direito criminal e, além disso, o inevitável compêndio com o qual esse mesmo professor lança suas conferências como “mercadoria” no mercado geral. Com isso, ocorre aumento da riqueza nacional, prescindindo todo prazer privado que o manuscrito do compêndio proporcionou ao seu próprio autor [...]. (MARX, 2010, p. 355).

E Marx prossegue com sua ironia por duas páginas mais, colocando o criminoso como um dos trabalhadores mais produtivos da sociedade. Esta é a maneira como o autor de *O Capital* trata os adeptos do “trabalho imaterial”. Observem que, apesar do tom jocoso, todo conjunto de consequências “produzidas” pela ação do criminoso, apenas a produção do compêndio de direito criminal será tratado como aumentando a riqueza nacional. Observe ainda que o termo mercadoria, aplicado às aulas que o professor de direito criminal oferece, aparece, ironicamente, entre aspas. Afinal, a força de trabalho de um professor de qualquer matéria, engenharia ou teologia, é uma mercadoria, mas sua atividade não produz mercadoria alguma, não importa a utilidade que possa ter para a sociedade. Vejamos a questão em seus pormenores.

Marx inicia *O Capital* afirmando que a “riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias”. Ora, sendo a mercadoria a forma elementar da riqueza, a exposição principia por ela, em uma famosa passagem que diz:

A mercadoria é, antes de tudo, **um objeto externo, uma coisa**, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam **do estômago ou da fantasia**, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1996, p. 154)

É um grande enigma que muitos autores tenham visto nesse parágrafo inicial de *O Capital* a justificativa de que as mercadorias possam ser materiais e também “imateriais”, dado que as necessidades que ela satisfaz podem se originar do “estômago ou da fantasia” ou, segundo outras traduções, “da imaginação” ou “do espírito”. Não é tanto uma questão de interpretação, mas de gramática. Não é as mercadorias que podem ser “fantasia”, “imaginação” ou “espírito”, mas as necessidades que elas satisfazem. Assim, uma televisão, um livro, um DVD, um videogame etc., satisfazem o espírito e não o estômago. A passagem afirma o contrário, que a mercadoria, forma elementar da riqueza, é uma coisa, um objeto externo. Enquanto objeto externo ela não pode ser um conjunto de valores e conhecimentos internos aos indivíduos, mas se encontra fora deles, como algo que transcende os indivíduos e suas respectivas capacidades, apenas se ligando a eles exteriormente.

No entanto, de fato, esse é apenas o modo como as mercadorias aparecem. Fossem elas determinadas unicamente pela sua materialidade e pela satisfação das necessidades humanas seriam mercadorias, inclusive, aqueles objetos de algum modo úteis que encontramos prontos para o consumo na natureza. Ou aqueles que um camponês produz para o próprio consumo ou de sua família. Para ser mercadoria não é suficiente, também, o fato de ser um produto do trabalho humano. Fosse esse o caso, ela não seria a forma elementar da riqueza capitalista, mas de toda e qualquer forma de sociedade. Antes disso, para “tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996, p. 154).

Este é o conceito mais preciso e determinado de mercadoria presente em um adendo de Engels ao primeiro livro de *O Capital*. Não basta ser uma coisa material, antes disso, a mercadoria é unidade de valor de uso e valor e, enquanto tal, um valor de uso social, ou seja, por meio da troca no mercado, ela é um valor de uso para outro que aquele que a produziu. A mercadoria é, assim, especificada frente aos produtos do trabalho no geral como uma forma social particular destes. Em suma, Marx supera a forma unilateral e abstrata em que a mercadoria foi inicialmente considerada. Não porque seu aspecto de objeto externo foi suprimido, mas porque, além de um produto do trabalho e, enquanto tal, valor de uso, ela é também valor, isto é, uma relação social, não uma simples coisa, mas uma relação social que se efetiva **em e através** de coisas.

Por isso Marx diz ser a mercadoria uma coisa “sensível-suprasensível”, ou como prefere a tradução da Abril Cultural, uma coisa “física metafísica”. Afinal, como “valor de uso, não há nada misterioso nela[a mercadoria], quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente receba essas propriedades como produto do trabalho humano” (MARX, 1996, p. 197). Já quanto ao seu valor, uma mercadoria é expressão de uma relação social que lhe atribui um valor a partir da equiparação do conjunto das mercadorias no mercado.

Uma mercadoria mesa, por exemplo, não se constitui unicamente por suas propriedades materiais e úteis, “ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica” (MARX, 1996, p. 197). Isto é assim porque sua determinação de valor não é palpável nem acessível aos sentidos, não por ser algo imaterial, mas por conter uma propriedade social, posta por uma dada forma de relação entre as pessoas, que parece ser algo que a mercadoria tem por natureza. Podemos virar e revirar a mercadoria-mesa como quiser e não encontraremos seu valor. Para tal, a análise deve se dirigir ao “caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1996, p. 197). Daí seu aspecto enigmático, obscuro, nas palavras de Marx, quase teológico e metafísico. Sejam mais diretos. Marx diz que uma mercadoria é algo sensível-suprasensível não é pelo fato de poderem ser “imateriais”, mas por possuírem uma propriedade que não é perceptível pelos sentidos, a propriedade social de ser valor.

Numerosas passagens poderiam ser mencionadas nesse sentido, isto é, apesar de não se definir pelo mero atributo de ser material, a mercadoria pressupõe estas coisas materiais e sensíveis como suporte de suas propriedades sociais. Por exemplo, no Livro Primeiro de *O Capital*, Marx faz a seguinte citação de Jean-Batiste Say: “Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais” (MARX, 1996, p. 273). Outra citação, particularmente interessante, tendo em vista nossos propósitos, se encontra nas *Teorias de Mais-valia*, onde se diz: “Mercadoria – no que a distingue da própria força de trabalho – é coisa que **se contrapõe materialmente ao ser humano**, de certa utilidade, e onde se fixa, se materializa quantidade determinada de trabalho”(MARX, 1974, p. 143). Como se vê, mercadoria é uma “coisa que se contrapõe materialmente ao ser humano”. Exceto a força de trabalho. As mercadorias são, portanto, de dois tipos:

1. **Objetivas:** Coisas, objetos externos sensíveis que servem de valor de uso para outros por meio da troca. Isto é, unidade de valor de uso e valor. Uma coisa social ou uma relação social que possui estas coisas materiais, os produtos do trabalho, como suporte.
2. **Subjetivas:** A força de trabalho.

Com isso, nossa exposição marcha rumo a outro tipo específico de mercadoria presente na sociedade capitalista: a força de trabalho.

Como se sabe, o modo capitalista de produção pressupõe o desenvolvimento e a generalização de uma mercadoria em particular: a força de trabalho. Isto significa que o indivíduo que trabalha não está mais ligado diretamente a uma comunidade, como nas sociedades primitivas, nem ligado diretamente a um senhor e a terra, como é o caso da servidão, nem é ele próprio mercadoria, como na escravidão; mas vende no mercado sua capacidade para um dado tipo de atividade ou trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria porque satisfaz as duas determinações que constituem a sua natureza social: possui um valor de uso, o trabalho, e, enquanto algo existente para a troca, possui, também, um valor, medido pelo tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho enquanto tal. Em resumo, “a mercadoria se patenteia trabalho pretérito, objetivado e que, por isso, **se não aparece na forma de uma coisa**, só pode aparecer na forma da própria força de trabalho” (MARX, 1974, p. 151).

Embora a força de trabalho tenha como suportes materiais os indivíduos dela portadores, ela mesma é uma mera potência para realização de algo, mera capacidade para efetivar um tipo determinado de trabalho. Sendo assim, porque naquela definição inicial Marx caracterizara a mercadoria como um “objeto externo”, uma coisa exterior aos indivíduos, se a força de trabalho é exatamente aquilo que os indivíduos possuem em si mesmos, algo subjetivo, e, enquanto tal, não materializada em algo externo?

Acontece que, apesar de ser mercadoria, a força de trabalho não é uma forma elementar da riqueza e não constitui a imensa coleção de mercadorias que configura a riqueza do modo de produção capitalista. Embora seja valor e, enquanto tal, corresponda a soma global de valores da sociedade, ela não valoriza imediatamente o capital, nem corresponde a riqueza que este tem como base. Em primeiro lugar porque a força de trabalho jamais é propriedade do capital, mas do trabalhador que a vende. O capitalista paga o valor da força de trabalho para receber, como em toda troca de mercadorias, apenas seu valor de uso. É o valor de uso da força de trabalho, isto é, o trabalho, que produz riqueza e valor, inclusive o mais-valor que o capitalista se apropria de modo a acumular capital. É o consumo da força de trabalho que produz riqueza, tanto para o capitalista, quanto a parte que aflui ao trabalhador na forma de salário. Daí o caráter absolutamente específico da mercadoria força de trabalho, que pode até ser uma riqueza para o indivíduo dela possuidor, mas não para capital.

Esclarecido, então, o significado social preciso das mercadorias, resta-nos examinar, mais de perto, aquelas atividades não produtoras de mercadorias, atividades que se vendem diretamente como serviços ao consumidor final.

Os ditos Serviços

Pra início de conversa, em Marx, o termo serviço não é usado em sua acepção comum. Para ele, um “serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 1996, p. 310). Assim considerado, o efeito útil da força de trabalho de um operário, isto é, o seu trabalho, é um serviço. O termo serviço, portanto, não traduz nenhum aspecto específico da sociedade capitalista. O serviço está para o trabalho assalariado como o produto para a mercadoria, sua determinação abstrata e a-histórica. Por isso, Marx pode dizer que o “‘serviço’ é o trabalho sob o aspecto exclusivo de valor de uso [...], do mesmo modo que na palavra ‘produto’ se suprime a natureza da mercadoria e a contradição nela contida” (MARX, 1980, p. 937).

Mas isto não significa que a categoria de serviços está de todo ausente na *crítica da economia política* de Marx. Ela serve, em alguns escritos, justamente para designar a troca de mercadorias em que se vende diretamente a própria atividade e não o produto da atividade. Nas palavras do próprio Marx: “Quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, **sem produzir capital e sem ser, portanto, produtivo**, compra-se o trabalho como serviço, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria” (MARX, 1980, p. 398).

Dito isso, abordaremos, a partir de agora, os serviços entendidos como atividades não produtoras de mercadoria. Ou seja, quando o que é vendido é a própria atividade humana – como no caso do professor, do artista – e não o produto dessa atividade materializado em algo. Por razões metodológicas, todavia, examinaremos, primeiramente, a troca direta de dinheiro por um serviço, sem que seu executor seja empregado por um capitalista. Somente feito esse percurso, poderemos, em seguida, esclarecer o papel dos serviços produtores de mais-valor e explicitar em que sentido são produtivos e em que sentido não. No entanto, para chegarmos lá, necessário se faz esclarecer toda uma série de aspectos específicos dos serviços considerados em sua forma mais geral, desenvolvidos por Marx de maneira pormenorizada em interessantes digressões sobre o tema nos *Grundrisse* e retomado em obras posteriores.

O primeiro traço distintivo dos serviços, assim compreendido, é, evidentemente, o fato de pertencer à esfera da troca simples de mercadorias ou da circulação simples de mercadorias (M-D-M), dado que é trocado diretamente por dinheiro, sem mediação do capitalista e, conseqüentemente, sem produção de mais-valia e capital (D-M-D'). Por exemplo, o "lenhador lhe dá seu serviço, um valor de uso que não aumenta o capital, mas no qual ele se consome, e o capitalista lhe dá em troca uma outra mercadoria sob a forma de dinheiro" (MARX, 2011, p. 212). Em suma, a troca de dinheiro por trabalho vivo "não constitui nem o capital, por um lado, nem o trabalho assalariado, por outro. Toda a classe dos assim chamados serviços, do engraxate até o rei, pertence a essa categoria" (MARX, 2011, p. 382).

Qual é então, o traço específico da equação da troca simples de mercadoria: M-D-M, quando um dos polos não é um produto do trabalho, mas o trabalho mesmo ou uma mera prestação de serviço? Ora, segundo Marx, na "mera prestação de serviços temos **apenas consumo de renda** e não produção de capital" (MARX, 2011, p. 212). Como estamos a considerar, provisoriamente, os serviços unicamente no caso em que são trocados diretamente por dinheiro com o consumidor final, como o cabeleireiro ou advogado que vende diretamente seu serviço a um cliente, sem a existência de um capitalista, não há nada de surpreendente no fato dessa relação não produzir capital. Da mesma forma, um camponês que vende diretamente seu produto no mercado não produz capital.

Porém, nesse trecho, já se insinua uma diferença radical dos serviços em relação a um camponês que vende seu produto. Apesar de ambos não produzirem capital, Marx diz que, no caso do serviço, existe "consumo de renda", enquanto no caso do camponês sabemos que existe produção de valor cujo suporte é sua mercadoria. Em outro trecho dos *Grundrisse*, Marx é ainda mais explícito: no caso dos serviços a "troca não é um ato de enriquecimento, não é ato de criação de valor, mas de desvalorização dos valores existentes em sua posse" (MARX, 2011, p. 384). E complementa de maneira taxativa: "Não é necessária uma discussão pormenorizada para demonstrar que consumir dinheiro não é produzir dinheiro" (MARX, 2011, p. 384). Isso significa que a "**classe de serviço não vive de capital, mas de renda**. Diferença fundamental entre essa classe de serviço e a classe trabalhadora" (MARX, 2011, p. 324).

Como se vê, mesmo neste nível abstrato de análise, existe uma diferença abismal entre o trabalhador que vende o produto por ele mesmo produzido e a atividade vendida diretamente no mercado enquanto serviço. O primeiro produz riqueza, enquanto o segundo a consome, o primeiro produz mercadoria e a troca por outra sem valorizar o capital, enquanto o segundo nada produz, apenas se apossando de parte do valor produzido por outros mediante o serviço realizado. O artesão, por exemplo, não produz riqueza como capital, mas produz riqueza em sua acepção geral, como valor de uso, suporte do valor que é trocado. Já o serviçal não produz valor algum, consumindo-o pura e simplesmente, não importa quão útil para a sociedade seja ou não o serviço que realiza.

É importante notar que o tema em questão não é a utilidade do que se produz ou do serviço realizado. Não está em questão o fato óbvio de que diversos serviços são imprescindíveis para a sociedade e seus respectivos indivíduos. O que estamos discutindo é o papel dessas atividades na ampliação ou não da riqueza do modo de produção capitalista, não de sua utilidade. Para o capital importa unicamente a sua autovalorização, não importa se o que produz são livros, armas ou salsichas. Como diz Marx, "esse trabalhador 'produtivo' está tão interessado na merda que tem de fazer quanto o próprio capitalista que o emprega e que não dá a mínima para a porcaria" (MARX, 2011, p. 213).

Em resumo, o setor de serviço, tal como consideramos até agora, além de não produzir capital em sua forma histórica específica, sequer produz riqueza em sua acepção genérica, presente em todas as formas de produção, enquanto mera produção de valores de uso. Não poderia ser de outro modo, afinal, é "natural que não produzam mercadorias[os serviços], pois a mercadoria como tal não é objeto imediato de consumo e sim portadora do valor de troca" (MARX, 1974, p. 138).

Isto é assim porque nas “prestações de serviços pessoais, [...] o valor de uso é consumido enquanto tal sem passar da forma de movimento para a forma de coisa” (MARX, 2011, p. 383). Eis uma afirmação fundamental. Ao não passar “da forma de movimento para a forma de coisa”, a atividade dos serviços não resultam em um valor de uso que sirva de suporte material para o valor: forma social da riqueza capitalista. “Por essa razão, tal ato [os serviços] também **não é um ato produtor de riqueza, mas consumidor de riqueza**” (MARX, 2011, p. 383). Parece inacreditável que boa parte dos estudiosos de Marx na atualidade não tenham se atentado para a diferença nada sutil entre produzir e consumir. Entre produzir riqueza e consumi-la na forma de renda.

Cabe, então, responder a uma pergunta fundamental: se todo serviço é mero consumo de riqueza, renda, como explicar a acumulação de capital daquele capitalista que emprega trabalhadores não produtores de mercadorias? Se as atividades não produtoras de mercadorias não produzem sequer valor, ao contrário, os consome, como é possível acumular capital empregando meros serviços? Veremos essa questão no próximo item, que trata exatamente da noção do trabalho produtivo e improdutivo.

Serviços: produtivos ou improdutivos?

Penetremos agora no cerne de toda confusão. Do que expomos acima, é correto dizer que apenas o proletariado industrial, produtor de mercadorias, é produtivo? E, conseqüentemente, todos os serviços são indistintamente improdutivos? Depende. Duas são as abordagens absolutamente equivocadas que procuram sustentar essa posição:

1. Na primeira delas, argumenta-se que somente o trabalho produtor de mercadorias é produtivo porque, em Marx, trabalho envolveria metabolismo entre homem e natureza, apropriação dos recursos naturais e transformação em algo material. Essa abordagem, comum entre certos lukacsianos, não propriamente em Lukács, é um disparate. O trabalho entendido enquanto metabolismo entre homem e natureza não é fundamento das sociedades humanas no geral, mas o trabalho tomado em sua forma mais abstrata, comum a todas formas sociais. Com essa acepção de trabalho não conseguimos sequer diferenciar o trabalho assalariado daquele dos servos, dos escravos ou do trabalho coletivo primitivo. O que fundamenta uma forma de sociedade, para Marx, são seus traços específicos em relação a outras formas de sociedade e não os genéricos. A confusão repousa no fato de Marx sempre partir das determinações comuns a todas formas sociais – como produto, valor de uso, trabalho concreto, cooperação simples, apropriação do trabalho excedente – e, somente depois, partir para aquelas mais específicas, históricas e fundamentais – como mercadoria, valor, trabalho abstrato, cooperação industrial, mais-valia. Segundo Marx, já no Livro Primeiro de *O Capital*, esta “determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1996, p.310). Não fosse esse o caso, seria produtivo, para o capital, o trabalho de um camponês que produz para seu consumo próprio e de sua família. Sabemos que não é o caso.
2. Outra abordagem diz que para ser trabalho produtivo basta produzir mercadorias, sendo improdutivo aqueles que não produzem mercadorias. Ora, essa perspectiva, semelhante à de Adam Smith, também é inadequada. Para que a produção seja capitalista, não basta a produção de mercadorias, o que existe há milênios, é necessário a produção de mercadorias sob o comando de um capitalista, o que inclui a forma trabalho assalariado. Fosse produtivo unicamente o trabalho produtor de mercadorias, o trabalho de um camponês ou artesão, que vende seu produto no mercado, seria produtivo para o capital, o que é falso.

Dito isso, vejamos, então, como a questão é analisada por Marx.

Em primeiro lugar, no modo de produção capitalista, a noção de trabalho produtivo pode ser vista sob uma dupla perspectiva: de sua ampliação e, ao mesmo tempo, de sua restrição. De início, o capitalismo alarga a noção de trabalho produtivo em relação aos modos de produção anteriores. Afinal, nesse modo de produção, “o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia[...] necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo” (MARX, 1996b, p.136). Agora, para “trabalhar produtivamente, já não é necessário[...] pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX, 1996b, p.136). Como se nota, no capitalismo, na “categoria de trabalhadores produtivos figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)” (MARX, 1974, p. 136). Aqui temos claramente um alargamento da noção de trabalho produtivo. Do ponto de vista histórico, essa ampliação é da mais alta relevância, afinal, em sociedades como a da Grécia antiga, o pensamento e a ciência permaneciam, regra geral, a margem do processo de trabalho, sendo, portanto, improdutivos. Agora, um trabalhador intelectual, desde que imerso no trabalho coletivo de uma empresa capitalista produtora de mercadorias, é um trabalhador produtivo.

Na sequência, Marx explica que, por “outro lado,[...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1996b, p.136). Ora, o que garante a acumulação de capital por parte de um capitalista não é o tipo específico de valor de uso que este oferece aos consumidores no mercado, tampouco a natureza específica do trabalho que comanda, mas a extração de mais-valia daquele que vende sua força de trabalho como mercadoria. Disso se segue que apenas “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1996, p.136). Temos claramente um estreitamento da noção de trabalho produtivo, já que, agora, não basta existir metabolismo entre homem e natureza, não basta tampouco produzir mercadorias, mas é necessário produzir mercadorias sob a forma capitalista. No entanto, o que dizer daquelas atividades exploradas sob a forma capitalista, mas que, todavia, não produzem mercadorias?

Nas *Teorias de Mais Valia* esta questão é desenvolvida de forma precisa. Segundo Marx, “só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo” (MARX, 1974, p. 136). “Assim, também fica absolutamente estabelecido o que é trabalho improdutivo. É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro” (MARX, 1974, p. 136). Em outras palavras, as definições de trabalho improdutivo e produtivo “não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza” (MARX, 1974, p. 136). Afinal, é “uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica” (MARX, 1974, p. 138). Assim considerado, “um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário”. Por outro lado, “um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é trabalhador improdutivo” (MARX, 1974, p.137).

Neste ponto, a maior parte dos comentadores encerram a questão. Trabalho produtivo é aquele produtor de mais-valia para um capitalista, de onde se segue que não existe diferença social alguma entre o trabalho produtor de mercadorias e o trabalho não produtor de mercadorias, contando que produzam, ambos, mais-valia. Não percebem, por exemplo, que ao considerar que apenas o trabalho produtor de mais-valia é produtivo, Marx diz, no Livro Primeiro de *O Capital*, que a acepção de trabalho produtivo “se estreita”, antes de se ampliar. Ou seja, para ser produtivo, além de produzir mercadoria, tem, também, de produzi-la sob o comando de um capitalista. Ora, como explicar então, as afirmações taxativas de Marx de que um professor, cantor ou palhaço, desde que produtores de mais-valia, são trabalhadores produtivos? Como sair desse desconcertante impasse?

Acontece que a maior parte dos autores que trataram da presente questão se esqueceram de uma pergunta fundamental: **produtivo em relação a que?** Somente uma razão metafísica pode falar em algo produtivo em si mesmo, produtivo no geral, assim como absolutizar qualquer outra noção ou categoria. Antes de responder a questão de se tal ou qual trabalho é produtivo, é necessário esclarecer a que se refere tal produtividade. Vejamos um exemplo. Nas *Teorias de Mais Valia*, Marx observa que todo “serviço é produtivo para quem o vende. Jurar falso é produtivo para quem o faz por dinheiro vivo. Falsificar documentos é produtivo para quem é pago por isso. Assassinar é produtivo para quem é pago pelo homicídio. O negócio de sicofanta, delator, malandro, parasita, bajulador é produtivo, desde que tais ‘serviços’ sejam remunerados” (MARX, 1974, p. 275). Ora, na exata medida que tais atividades rendem dinheiro para aquele que a vende, elas são produtivas em relação ao vendedor, muito embora, não produzam absolutamente nada para a sociedade e, nesse sentido, sejam, em relação a sociedade, improdutivas. Ora, para um camponês que produz para o seu consumo próprio, seu trabalho é certamente produtivo em relação a ele, mas não é para a sociedade que nada recebe, menos ainda para o capital, pois não há acumulação do trabalho não pago na forma da mais-valia.

Nesse sentido, a questão é a seguinte: nos trechos em que trata das atividades não produtoras de mercadorias como produtivas, Marx se refere a produtividade do trabalho em relação ao capitalista individual que o emprega, não em relação à sociedade em seu conjunto, ao capital total por ela produzido. Vejamos a questão detalhadamente.

Logo após precisar a noção de trabalho produtivo e improdutivo nas *Teorias de Mais Valia* diz Marx: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista” (MARX, 1974, p.137). E realmente. Do ponto de vista de um capitalista individual, pouca diferença faz se seu capital é empregado na indústria automobilística, em uma universidade privada ou em um circo. O que interessa é a mais-valia e o lucro que este consegue obter por meio da exploração do trabalho assalariado. No entanto, a riqueza adentra na esfera do serviço na medida em que é redistribuída por meio da circulação de mercadorias, ou seja, na medida em que tais serviços são consumidos por capitalistas e trabalhadores.

Nesse sentido, ser produtivo em relação ao capitalista individual não coincide necessariamente com ser produtivo em relação à sociedade. No comércio, por exemplo, apesar do comerciante-capitalista acumular capital com a exploração dos trabalhadores que emprega, ele não produz um só átomo de valor e capital, apenas se apropriando de parte da mais-valia produzida na esfera da produção. Não sem razão, ao tratar do capital comercial como improdutivo, Marx por diversas vezes explicita que está se referindo a produtividade em relação à sociedade. Por exemplo, no Livro Segundo, após ilustrar com o caso de um agente comercial que trabalha 8 horas para pagar seu salário, cedendo 2 horas excedentes ao seu empregador, diz que “a **sociedade** não paga essas duas horas de mais-trabalho, embora elas sejam gastas pelo indivíduo que o executa. A **sociedade** não se apropria, por meio desse trabalho, de nenhum produto ou valor adicional” (grifos nossos) (MARX, 2014, p.212). Claro está, portanto, que Marx se refere, aqui, a produtividade do trabalho em relação à sociedade e não ao capitalista individual.

O mesmo ocorre em relação aos trabalhadores não produtores de mercadoria, ainda que essa redistribuição se opere por meio do consumo dos serviços por trabalhadores e capitalistas e não na transação entre dois ramos distintos do capital, como é o caso do capital comercial. Isto fica claro no Capítulo *Inédito d'Capital*, quando Marx diz que: “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo”. No entanto, complementa logo em seguida: mesmo “assim, a maior parte desses trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas **se submetem formalmente ao capital**: pertencem às formas de transição” (MARX, 1975, p.99). Ou seja, do ponto de vista da sociedade, do ponto de vista da relação entre universidade privada e os demais capitais individuais, temos apenas troca simples de mercadoria. Motivo pelo qual a “fábrica de ensino” não produz valor, mas recebe valor da sociedade pelo serviço que ela oferece. Em seguida, Marx diz de maneira ainda mais clara:

Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços **não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores** – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de forma diretamente capitalista, constituem **grandezas insignificantes** se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, **deve-se pôr de lado** esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo. (grifos nossos) (MARX, 1975, p.99)

Nesta passagem elucidativa, Marx não considera insignificante as grandezas advindas dos “trabalhos que só se desfrutam como serviços” em função do seu reduzido número na sociedade, como comumente se interpreta. Sua grandeza é insignificante, conforme a argumentação da passagem, pelo fato desses trabalhos não se transformarem “em produtos separáveis dos trabalhadores”.

Isto é assim, é importante frisar, não tanto pela materialidade da mercadoria em si mesma, mas pelo fato desta materialidade constituir o suporte que permite a mercadoria expressar sua propriedade social de ser valor. Já no caso dos serviços, **produção e consumo coincidem**, de maneiras que “a forma do valor é posta como forma simplesmente evanescente” (MARX, 2011, p.383). Enquanto na produção de mercadorias, produção e consumo aparecem como atos separados no tempo e no espaço; nos ditos serviços, o valor produzido, se assim o quisermos considerar, desaparece tão logo o serviço tenha sido realizado. Tanto é assim que em outra passagem também do Capítulo *Inédito* lemos:

O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas (Necessito do médico e não do seu garoto de recados). Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados. **Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista.** (MARX, 1975, p.103)

A passagem é clara. Casos como a “fábrica de conhecimentos” e todos demais ramos em que o “produto não é separável do ato da produção” “não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista”.

Em suma, as atividades não produtoras de mercadorias, os ditos serviços, apesar de produtivas para o capitalista individual, **apenas consome na forma de renda o capital produzido pela sociedade**. Por esse motivo estão fora daquilo que Marx denomina capital industrial (o único produtivo). Sua forma evanescente, em que o “valor” produzido é imediatamente consumido, em que se vende o trabalho na qualidade de valor de uso e não seu produto, impede que os serviços expressem sua propriedade social de ser valor, consistindo, do ponto de vista da sociedade, tão somente no consumo de renda ou, ainda, no consumo dos valores existentes em troca do serviço oferecido. Isto é assim mesmo que esta renda seja apropriada de maneira desigual no interior de um dado ramo, fornecendo mais-valia para um capitalista individual.

Como é possível um ramo do capital produzir e, ao mesmo tempo, apenas consumir o capital existente? Esse aparente absurdo desaparece quando deixamos de considerar a questão a partir uma perspectiva unilateral e abstrata. Ainda que tratando de especificidades do capital fixo, uma importante citação no fim do Livro Terceiro explicita tudo que desenvolvemos no curso de toda nossa argumentação a respeito dos serviços que se vendem como capital:

“as definições fixas de renda e capital permutam-se e trocam de lugar entre si, parecendo ser, do ponto de vista do capitalista isolado, definições relativas que se desvanecem quando consideramos o processo global de produção. [...] É possível assim contornar a dificuldade se imaginamos que o que é renda para uns é capital para outros, e que essas definições nada tem por isso que ver com a particularização efetiva dos componentes do valor da mercadoria” (MARX, 1981b, p.969).

Dito isso, esboçamos, no quadro abaixo, sumariamente e esquematicamente, as conclusões até então alcançadas:

FORMA SOCIAL DO TRABALHO	EM RELAÇÃO AO CAPITAL	EM RELAÇÃO À RIQUEZA DA SOCIEDADE	EM RELAÇÃO AO VALOR
Serviço vendido diretamente ao consumidor	Não produz capital	Consome a riqueza	Consome os valores existentes
Produtor que vende diretamente sua mercadoria	Não produz capital	Produce riqueza	Produce valor, sem produzir capital: troca de equivalentes
Serviço sob a forma capitalista	Produce capital para o capitalista individual	Consome a riqueza	Produce valor para o respectivo capitalista, consome os valores da sociedade como um todo.
Trabalho industrial sob a forma capitalista	Produce capital	Produce riqueza	Produce valor

Tendência ao aumento crescente dos serviços

Apesar de tudo, não estaria essas reflexões de Marx envelhecidas em função do enorme espaço quantitativo que os serviços ocupam na sociedade capitalista atual? Ora, diversamente do que comumente se diz, Marx já assinala nos *Grundrisse* a tendência da sociedade capitalista em fazer crescer, cada vez mais, o número de trabalhadores alocados em atividades não produtoras de mercadoria. Isto é assim, em primeiro lugar, em função da produtividade crescente do trabalho. Afinal, na medida que uma classe de indivíduos “é forçada a trabalhar mais do que o necessário para a satisfação da sua necessidade – é porque [há] trabalho excedente, de um lado, do outro, é posto não trabalho e riqueza excedente” (MARX, 2011, p. 325). Em *Teorias de Mais Valia*, Marx é ainda mais explícito a esse respeito: a “outra causa de ser grande o número dos sustentados por renda é a circunstância de ser grande a produtividade dos trabalhadores produtivos, isto é, seu produto excedente que os serviços consomem. Neste caso, em vez de o trabalho dos trabalhadores produtivos não ser produtivo por haver tantos serviçais, há tantos serviçais, por ser ele tão produtivo” (MARX, 1974, p. 272).

O que tende a decrescer, ou ocupar um espaço cada vez mais insignificante na sociedade capitalista, segundo Marx, são os serviços vendidos diretamente pelo seu executor para o consumidor final, isto é, os serviços enquanto troca simples de mercadoria em sua forma tipicamente pequeno-burguesa. Já sob emprego de um capitalista, como vimos, a tendência é oposta.

Por isso, no “que diz respeito à sociedade como um todo, a criação do tempo disponível, conseqüentemente, [é] também criação do tempo para a produção de ciência, arte etc.” (MARX, 2011, p. 324). Por fim, menciona Marx todo um conjunto de setores da sociedade que vivem de renda e não da produção:

Na própria sociedade burguesa, faz parte dessa rubrica ou categoria toda troca de prestação de serviço pessoal por renda – do trabalho para o consumo pessoal, cozinha, costura etc., jardinagem etc., até as classes improdutivas, funcionários públicos, médicos, advogados, intelectuais etc. Todos os criados domésticos etc. Por meio de suas prestações de serviços [...] todos estes trabalhadores, do mais humilde ao mais elevado, conseguem para si uma parte do produto excedente, da renda do capitalista. (MARX, 2011, p. 385)

Como se vê, o aumento do setor de serviços apenas eleva o peso social do setor que produz a riqueza por eles consumida. Contraditoriamente, o crescimento numérico do setor de serviços, apenas eleva sua dependência frente aos setores produtores de mercadorias. Longe de negar os prognósticos de Marx, o crescimento do setor de serviços apenas os reforça e confirma.

O Capital Produtivo como momento do Capital Industrial

Por fim, trataremos nesse último item, do capital produtivo, tema desenvolvido por Marx nos livros Segundo e Terceiro de *O Capital*. É somente nesses livros que os distintos estratos da classe capitalista e da classe trabalhadora serão analisados, bem como a conexão entre eles. O tema do capital produtivo não é sequer mencionado no Livro Primeiro. Ora, por que isto é assim? Para responder a presente pergunta, se faz necessário algumas considerações sobre o método empregado por Marx em sua obra principal. Tais considerações são imprescindíveis para compreendermos o tema aqui em debate.

- **Livro Primeiro:** Nesse livro Marx estuda o processo de produção de mais-valia ou ainda, do ponto de vista do capital, o capital em geral. Isto significa que está abstraído a concorrência e os diversos tipos particulares de capital. Mesmo a circulação é estudada apenas enquanto suporte necessário para compreendermos o processo de produção de mais-valia e a acumulação de capital. Nesse livro, o objetivo é entender o capital enquanto uma forma histórica particular em relação a todas aquelas que o precederam, sem se preocupar, ainda, em estudar as diferenças internas entre os múltiplos tipos particulares de capital. Aqui, em função da abstração empregada por Marx, existe apenas o capital industrial e, por isso, capitalistas industriais e operários industriais.
- **Livro Segundo:** Estuda a realização da mais-valia ou o processo de circulação do capital. No Primeiro Livro se pressupõe que toda mais-valia produzida seria realizada por meio da venda da totalidade das mercadorias no mercado. Agora, esse processo de realização da mais-valia será analisado em seus pormenores, fazendo emergir os primeiros estratos particulares do capital, como o capital comercial, além da divisão do capital constante (meios de produção) em capital fixo e circulante. Nesse livro, pela primeira vez é tratado o tema do capital produtivo no intuito de estabelecer a diferença entre o capital industrial (produtivo) com o capital comercial (improdutivo).
- **Livro Terceiro:** Estuda a distribuição da mais-valia entre os distintos capitais individuais, somente agora se estuda o processo global de produção capitalista. Entra em cena, pela primeira vez de forma mais determinada e concreta a concorrência e a disputa entre os diversos tipos particulares de capital em torno da mais-valia produzida. No Primeiro Livro tratou-se de mostrar o segredo da produção de mais-valia, que ocorre no interior da fábrica, agora, trata-se de desvendar os segredos de sua distribuição. Emerge, assim, uma série de novos estratos do proletariado, correspondentes aos tipos particulares de capital, como analisaremos em seguida.

O que queremos acentuar no presente contexto é que esse método de abstrações utilizado por Marx não é casual. O Livro Primeiro tem em mira atingir as determinações mais fundamentais do modo de produção capitalista, para além das múltiplas oscilações particulares que nos fariam mergulhar em um oceano indomável de contingências, decisões individuais e arbitrariedades. Por esse motivo, o Livro Primeiro trata apenas do capital industrial, com os respectivos operários industriais, por serem esses últimos os responsáveis pela produção de toda mais-valia da sociedade. Marx assinala, assim, o setor-chave da economia capitalista: o capital industrial.

No entanto, mesmo no interior do Livro Primeiro, Marx está distante de suprimir todas as diferenças entre os trabalhadores empregados pelo capital industrial. Segundo Marx, a “distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas” (MARX, 1996b, 53) e, ao “lado **dessas classes principais**, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos”. E acrescenta: é “uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles” (MARX, 1996b, p.54). Enquanto uma camada do proletariado mais qualificada, de trabalho individualizado, numericamente pouco significativa no interior de cada unidade produtiva e, sobretudo, externa ao círculo de operários, este setor do proletariado não expressa a mesma força social que os primeiros. Sua consciência está propensa a oscilar entre os interesses do capitalista e da massa do proletariado. Ora, os operários são, assim, justamente aquela fração majoritária do proletariado industrial que **opera** diretamente os meios de produção.

Já no livros restantes, ao analisar como a mais-valia se realiza e redistribui, o capital produtivo aparece contraposto ao capital improdutivo. Mais particularmente, uma das questões centrais é justamente como a mais-valia produzida pelo primeiro é apropriada pelo segundo. Analisemos em primeiro lugar, então, o capital produtivo.

Capital Produtivo: Segundo Marx, as “duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma própria ao estágio da produção é a do *capital produtivo*. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o *capital industrial*” (MARX, 2014, p.131). Nesse sentido, não é o fato de participar da esfera da circulação que faz improdutivo um dado ramo do capital, mas o fato de estar excluído da esfera da produção. O capital-industrial, por sua vez, é o único que participa de todos os momentos do processo de reprodução de capital, se apresentando ora na forma capital-mercadoria, ora na forma de capital-dinheiro, e ora como capital de produção.

No entanto, em seguida, Marx faz a seguinte ressalva: “industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista”. Estaria Marx, com esta ressalva, incluindo o setor dos assim chamados serviços, setores não produtores de mercadoria, no interior do capital industrial? Ora, é justamente esse breve trecho, do primeiro capítulo do Livro II de *O Capital*, que é usado pela quase totalidade dos comentadores para referendar a tese de que compõem o capital industrial todos os ramos explorados de forma capitalista, seja produtor de mercadorias ou não. Como veremos adiante, na sequência do próprio texto, essa interpretação se mostrará insustentável.

Além disso, essa má interpretação se assenta, em parte, na edição de Engels no parágrafo seguinte da obra, cujo texto original de Marx esclarece, sem deixar margem para dúvidas, o que ele quis dizer ao afirmar que por industrial se entenda “todo ramo de produção explorado de modo capitalista” Ora, o que se diz é unicamente que por capital-industrial não se considera unicamente o momento isolado da produção, enquanto um “tipo autônomo de capital”. O capital industrial abrange os momentos do capital monetário empregado pelo capitalista na compra de meios e produção e força de trabalho, bem como o capital-mercadoria como “formas funcionais particulares do capital industrial”. Nesse mesmo sentido, o momento da produção é “apenas a forma funcional particular que o capital industrial assume em seu estágio de produção” (MARX, 2014, p.131). Para por fim a essa querela, basta atentar ao fato de que se, de fato, fosse capital industrial qualquer setor explorado de modo capitalista, o capital industrial se confundiria com o próprio capital no geral, não fazendo qualquer sentido o estudo específico do capital industrial contraposto aos demais tipos particulares de capital. Em resumo, o capital industrial “abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista” por englobar todos os estágios de seu processo cíclico: capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital de produção:

Para ser capital industrial é necessário, portanto, passar pelos seguintes momentos:

1. Capital investido na compra das mercadorias força de trabalho (FT) e meios de produção(MT).
2. Produção de uma nova mercadoria(M') a ser levada ao mercado e trocada por dinheiro(D').

Este processo é sintetizado na fórmula: **D – M (MP; FT) ...Produção... M' – D'**. Eis a fórmula geral do capital produtivo. Não existe nela nada de misterioso, apesar da complexidade aparente. Trata-se de um desdobramento da forma geral do capital: **D – M – D'**. No entanto, esta forma mais abstrata do capital em geral assinala que pertencem à esfera do capital todos os trabalhos que se trocam diretamente por dinheiro como capital, onde se inclui os serviços explorados por um capitalista. Já na fórmula do capital produtivo, não se nega o fato de que os serviços possam ser explorados como capital, no entanto, não mais como capital produtivo. O capital produtivo é, assim, um tipo específico e mais fundamental do capital no geral. Além de produzir um excedente para o capitalista (D - [...] – D'), o capital produtivo exige que ao fim do processo se produza uma mercadoria ou, mais precisamente, capital-mercadoria (Produção ... M'). Não basta a mera compra e venda da força de trabalho e meios de produção (MP; FT) como comumente se interpreta.

Isto é assim porque o dinheiro, embora apareça na sociedade capitalista como sendo a riqueza por excelência, a riqueza absoluta e autonomizada, nada mais expressa que o valor das mercadorias em circulação. Não sem razão, o capítulo destinado ao dinheiro no Livro Primeiro de *O Capital* se denomina: "Dinheiro OU circulação de mercadorias". Nesse capítulo Marx diz que embora "o movimento do dinheiro seja portanto apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro" (MARX, 1996, p.238). Todos aqueles que defendem as formas de trabalho que se vendem diretamente como serviços como sendo capital produtivo são, sem exceção, vítimas do fetiche do dinheiro. Não sem razão, no capítulo sobre o dinheiro, Marx cita a seguinte passagem de Rivière: "Riqueza em dinheiro nada mais é (...) que a riqueza em produtos que foram transformados em dinheiro" (MARX, 1996, p.250).

Tanto é assim que em outra passagem, já no *Livro Terceiro*, Marx explicita os ramos que denomina constitutivos do capital industrial:

"Do exposto ressalta absurdo considerar o capital mercantil, seja na forma de capital comercial ou na de capital financeiro, espécie particular de capital industrial, como, por exemplo, a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura, a indústria de transporte, etc., que, em virtude da divisão social do trabalho, constituem ramificações determinadas do capital industrial" (MARX, 1981, p.372).

Apenas atividades produtoras de capital-mercadoria são elencadas como sendo capital industrial e, por conseguinte, capital produtivo: a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura e, mesmo, a indústria de transporte que, na acepção de Marx, altera espacialmente o produto conforme veremos mais adiante.

Mesmo neste caso, Marx está distante de nivelar todos estes distintos ramos do capital produtivo pelo simples fato de produzirem capital-mercadoria. Pelo menos quatro diferenciações substanciais são explicitadas por Marx no interior do próprio capital produtivo, explicitando os distintos papéis e o peso social desses ramos no interior da dinâmica da reprodução global do capital. Indicamos aqui, sumariamente, tais diferenciações. Apenas indicamos, afinal, sua articulação com os demais capitais particulares e o papel desses diferentes ramos na formação da taxa média de lucro, está além do escopo deste artigo:

1 – Departamento I – Capital produtor de meios de produção: Aí se insere todo o ramo do capital que no produto final é representado sob a forma do capital constante. Desde o maquinário e as instalações da indústria até a produção de energia, matérias primas etc. Ou seja, todas mercadorias consumidas no próprio processo de trabalho. Recebe, segundo Marx, uma mais-valia extra do departamento II, cujos motivos não é possível explicitar neste espaço.

2 – Departamento II – Capital produtor de meios de consumo individual: Aqui se insere o setor produtor de mercadorias aptas a serem consumidas pelos trabalhadores e capitalistas. A relação entre estes dois departamentos serão tratadas no Livro Segundo de *O Capital*, mas de forma mais precisa na seção II do Livro Terceiro.

3 – Indústria extrativa: Compõe o departamento I, mas com especificidades que devem ser devidamente consideradas. Aqui se insere setores como a mineração, a pecuária e a agricultura. As características naturais da terra, a pureza natural do minério, dentre outros elementos que não estão diretamente associados ao trabalho, mas à propriedade, produzem um ganho extra denominado renda da terra, além da divisão da mais-valia produzida com o rentista fundiário. Mesmo nesse caso, existem diferenças fundamentais entre os ramos em questão, por exemplo, a maior concentração de trabalhadores minerários em uma mesma unidade produtiva contraposta à dispersão característica do trabalho agrícola. Esses setores serão tratados por Marx na seção VI do Livro Terceiro.

4 – Indústria dos transportes: Os casos indicados acima integram, evidentemente, o capital produtivo, já que são produtores de capital-mercadoria, ainda que, como no departamento I, destinadas a serem consumidas por outro ramo industrial como meio de produção. No entanto, existe uma situação menos evidente: os transportes. Esse caso é particularmente interessante para esclarecer a questão entre capital produtivo e improdutivo, particularmente o papel dos serviços. A esse respeito observa Marx de maneira contundente: “Há, entretanto, **ramos industriais autônomos em que o resultado do processo de produção não é nenhum produto**, nenhuma mercadoria. Entre eles, o **único setor importante, do ponto de vista econômico, é o de transportes** e comunicações que abrange tanto o transporte de mercadorias e pessoas” (MARX, 1980, p.55). Como se vê, temos um ramo não produtor de mercadorias que integra o capital produtivo, nesse caso, como nos serviços, o “efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria” (MARX, 1980, p.56). E da mesma forma que nos serviços, “o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (FT e MP) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria de transporte” (MARX, 1980, p.56). Assim considerado, o setor de transportes aparece como um mero serviço, em que o que se vende é o consumo direto da mercadoria força de trabalho, sem qualquer produção propriamente dita. Por que motivo, então, Marx coloca os transportes como capital produtivo?

Nas *Teorias de Mais Valia*, Marx nos explica a questão de modo transparente: “ainda existe, na produção material, uma quarta esfera que passa também pelos diferentes estágios de empresa artesanal, manufatureira e indústria mecânica; e a *indústria de locomoção*, transporte de pessoas ou mercadorias”. Mas em seguida acrescenta Marx: “**produz-se aí alteração material no objeto de trabalho – alteração espacial, de lugar.** Quanto ao transporte de pessoas, temos aí apenas *serviço* que lhes é prestado pelo empresário” (MARX, 1974, p. 405). Como se vê, no caso do transporte de pessoas a indústria de locomoção não se diferencia dos demais serviços, mas como transporte de mercadorias a coisa muda completamente de figura. Afinal, “se consideramos o processo no tocante às mercadorias, sucede então no processo de trabalho alteração no objeto de trabalho, a *mercadoria*. A existência espacial dele altera-se, e assim ocorre modificação em seu valor de uso, por se modificar a existência espacial desse valor de uso. Seu valor de troca aumenta na medida do trabalho exigido por essa alteração de seu valor de uso” (MARX, 1974, p. 405). Desse modo, quando “a mercadoria chega ao lugar de destino, essa alteração ocorrida no valor de uso desapareceu e se expressa apenas no valor de troca mais elevado”. Por esse motivo, “para essa indústria, como para as outras esferas da produção material, o trabalho se corporifica na *mercadoria*, embora não tenha deixado traço visível em seu valor de uso” (MARX, 1974, p. 405).

Claro está que o transporte agrega valor à mercadoria ao alterá-la espacialmente de lugar, sendo, portanto, parte integrante do capital produtivo tal como exposto até aqui. Apesar de não produzir diretamente uma mercadoria, o transporte altera sua determinação útil e também o valor das mercadorias produzidas em outros ramos de produção. Compreendido esse aspecto fica claro, uma vez mais, que os serviços não pertencem ao capital produtivo e, não sem razão, Marx diz que, no interior de todas as atividades não produtoras de mercadoria, “o único setor importante, do ponto de vista econômico, é o de transportes”. Do ponto de vista econômico, vale dizer, e não quantitativo, isto é, do ponto de vista da valorização do capital global e não da maior ou menor presença destas atividades na época de Marx como comumente tal questão é abordada pelos comentadores.

Capital Improdutivo: Compõem o capital improdutivo todos aqueles ramos não produtores de capital-mercadoria, ainda que realizem funções absolutamente necessárias do ponto de vista do processo de reprodução global do capital. Esse é o caso, por exemplo, do capital comercial e financeiro que apenas se apropriam de parte da mais-valia produzida pelos operários industriais, sem participar de sua produção. Nas palavras de Marx: no “capital comercial e no financeiro há autonomia da fase de circulação do capital industrial, dissociada da produtiva, pois as formas e funções determinadas que este capital assume transitoriamente nessa fase passam a ser formas e funções autônomas e exclusivas de parte separada do capital” (MARX, 1981, p.373). Ou seja, todos os momentos integrantes do capital comercial e financeiro estão efetivamente separados e autonomizados frente à produção, pertencendo única e exclusivamente a esfera da circulação.

Nesse sentido, compõem o capital improdutivo:

1 – O Capital Financeiro: Aquele especializado no comércio de dinheiro, diferenciando no seu interior o capital fictício e o crédito. Este último consiste no capital portador de juros ou capital bancário. O industrial capitalista recebe a sua parte da mais-valia gerada na produção sobre a forma de lucro, o banqueiro, por sua parte, recebe uma parte da mais-valia sobre a forma de juros. Em outras palavras, ainda que essencial para o curso rotineiro da reprodução global de capital, o capital financeiro apenas se apropria de parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo na forma de juros. Mais ainda. Segundo Marx, este setor sequer integra o processo global de reprodução de capital, afinal, “é uma transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de reprodução, mas apenas o encaminha”. Este tema será tratado por Marx na seção V do Livro Terceiro, inteiramente dedicada ao crédito, ao capital por ações e assim por diante. Também aparece no terceiro volume da edição brasileira das *Teorias da Mais-valia*.

2 – O Capital Comercial: Diz respeito unicamente à fase de circulação, sem alterar ou criar valor. Isto é assim ainda que estes exerçam sua respectiva atividade sob o comando de um capitalista, que deles se apropria do trabalho excedente. Por exemplo, no Livro Segundo, dirá que um funcionário empregado no comércio “trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto. Figura entre os custos improdutivos mas necessários da produção” (MARX, 1980, p.135). Em seguida, Marx diz que esta relação não se altera pelo fato de o trabalhador mercantil ser um assalariado. Este domínio é analisado no Livro Segundo de *O Capital* e retomado na seção V do Livro Terceiro.

3 – O Capital que explora diretamente o trabalho como serviços: Como vimos, Marx, coerente com sua afirmação no Capítulo Inédito de que os serviços empregados sob a forma capital “não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista” (MARX, 1975, p.103), sequer o analisa no Livro Terceiro de *O Capital*, reservando maior espaço a esse tema em suas *Teorias de Mais Valia*. Ocorre que, como se sabe, tal livro constitui um grande apêndice de *O Capital*, não propriamente o Livro Quarto. Nas *Teorias de Mais Valia*, Marx remonta a história da teoria econômica desconstruindo-a com base na exposição dos três livros anteriores. Cabe ainda notar que o fato dos serviços não integrarem o Livro Terceiro de *O Capital* tem sua razão de ser. Ele não faz parte, propriamente, como o capital comercial e financeiro, da redistribuição da mais-valia que, nesses casos, ocorre quando o capitalista industrial vende seu produto para o comerciante atacadista ou paga os juros provenientes do crédito. Não é tanto a mais-valia que é redistribuída para os setores de serviços, mas os valores produzidos pelo capital industrial na medida que trabalhadores assalariados e capitalistas consomem os serviços oferecidos pela sociedade. Trata-se de uma redistribuição dos valores produzidos que podem ser novamente apropriados na forma de capital pelo capitalista do setor de serviços, mas não de redistribuição da mais-valia, tampouco de produção de valor para a sociedade como já tratamos..

Conclusão

Por fim, ressaltamos que, no presente artigo, não realizamos a análise do entrelaçamento entre os diversos estratos do proletariado que compõem o capital produtivo e o capital improdutivo, com sua respectiva incidência na taxa média de lucro. Para tal, remetemos o leitor aos dois últimos livros de *O Capital* e, por esse motivo, indicamos, nesse artigo, os capítulos centrais da obra principal de Marx em que cada tema é abordado. Esperamos, ao menos, ter convencido o leitor de que é em *O Capital* que se encontra a análise central de Marx sobre as classes sociais.

Mas não somente. Claro está que a análise encerrada em *O Capital* sob nenhuma hipótese esclarece de antemão a correlação de forças entre as classes em um dado período histórico ou em um dado país. No entanto, tais análises particulares e conjunturais, se se não quiser fazer ciência antes da ciência, deve pressupor a anterior compreensão dos elementos apenas tangenciados por estes artigos: a articulação total do modo de produção capitalista tomado, de início, em sua forma pura, com o papel social das classes e setores de classe que o compõem.

Assim procedendo, fica explícito, por exemplo, para além das turbulências conjunturais, o papel central ocupado por todos aqueles setores do proletariado que integram o capital produtivo ou industrial. Ainda que, por hipótese, em um dado cenário, este setor se mostre, por razões diversas, com o nível mais rebaixado de consciência, com pouca tradição de luta ou em menor número; sua posição central, se se quiser desmoronar o capital, continua a mesma. O proletariado industrial ganha, portanto, papel estratégico para o movimento socialista. Não apenas por constituir o cerne e a base da valorização global do capital, mas também por ser o único setor que pode contrapor eficazmente as tendências burocratizantes resultantes da expropriação da propriedade privada, já que associado diretamente à produção e controle da riqueza, ao mesmo tempo que diretamente afetado pelos mecanismos de sua redistribuição.

Fica explícito, assim, que, para um marxista, as análises políticas e ideológicas se desprendem sempre da análise prévia de sua respectiva base social. Isto não significa que elas são unilateralmente causadas por esta base social, mas que somente através dela podem ser efetivamente compreendidas. Esse é o motivo que levou Marx a escrever *O Capital* antes de qualquer outra coisa.

Nesse caminho, já no final de sua vida, Nahuel Moreno, distante de reduzir a luta pelo socialismo à tomada do poder, diz que se “a classe operária não nos seguir, não chegaremos a lugar nenhum. Iremos nos burocratizar, capitular [...]”. E mais adiante, baseado na experiência cubana, conclui que “é necessário continuar com a política revolucionária de classe, ainda que, para nós, isso signifique adiar a chegada ao poder em vinte ou trinta anos, ou o que seja” (MORENO, 2005, p.65). Em um texto do mesmo período, diz que: “Nosso eixo de trabalho permanente, de toda a vida, é o proletariado industrial. Todo o restante é conjuntural, episódico, passageiro.[...] Como utilizar todos os caminhos, todos os métodos para nos implantar cada vez mais, em todos os países, no proletariado industrial, nos setores mais explorados, os imigrantes, os negros, os semicamponeses recém-incorporados ao trabalho urbano, as mulheres trabalhadoras. **Esse é o nosso meio social, político e organizativo**, e ali está o nosso futuro, o futuro da revolução mundial” (MORENO, 2012, p 106).

Como se vê, qualquer organização que queira influir na história no sentido da revolução socialista deve, antes de mais nada, se assentar firmemente nas bases sociais que a possibilitam, antes e aquém de qualquer escolha ou impressão. Deve influir no oceano caótico dos fenômenos imediatos em consideração com sua unidade mais profunda. Deve buscar as bases sociais dos fenômenos ideológicos e políticos, antes de dar uma formulação teórica autônoma para esses domínios. Fazer ciência, portanto, não é, para Marx, enumerar acontecimentos históricos ao modo de um jornalista, tampouco criar conceitos autônomos ao modo de um acadêmico, mas encontrar sempre a base social dos fenômenos, para, somente então, extrair dela uma política revolucionária.

Referências

MARX, KARL. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Livro primeiro, Tomo 1.
MARX, KARL. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996b. Livro primeiro, Tomo 2.

MARX, KARL. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro II: O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, KARL. *O Capital. Livro 3, Volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARX, KARL. *O Capital. Livro 3, Volume 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981b.

MARX, KARL. *Teorias da Mais Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v. 1.

MARX, KARL. *Teorias da Mais Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 2.

MARX, KARL. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, KARL. *Capítulo Inédito D'o Capital*. Porto: Escorpião, 1975.

MARX, KARL. *Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863 (cadernos. I a V). Terceiro Capítulo – O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MORENO, NAHUEL. *Conversando com Moreno*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2005. Entrevista realizada por Daniel Acosta, Marco Trogo e Raul Tuny.

MORENO, NAHUEL. *Balanço de Atividades*. Ediciones Marxismo Vivo. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012

PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.